

# Ação para as Florestas (*Action4Forests* – A4F)

## Situação inicial

O Projeto Ação para as Florestas (*Action4Forests* – A4F) surge no contexto no qual o Brasil se comprometeu na sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) a reduzir significativamente suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2030 e alcançar a neutralidade climática até 2050. Para cumprir essa meta, a proteção das florestas e o combate ao desmatamento ilegal são fundamentais. O reporte oficial do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (em inglês: UNFCCC) de 2022, aponta que 38% das emissões do Brasil são oriundas do setor de Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas (LULUCF) e 29% de agropecuária.

Nesse cenário, a plena implementação da quinta fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm 2023-2027) é decisiva para que o país atinja a meta de desmatamento ilegal zero até 2030. O plano organiza suas ações em quatro eixos — (i) atividades produtivas sustentáveis, (ii) monitoramento e controle ambiental, (iii) ordenamento fundiário e territorial, e (iv) instrumentos normativos e econômicos — todos apoiados e fortalecidos pelo Fundo Amazônia (FA).

O FA é um mecanismo financeiro pioneiro baseado em pagamentos por resultado oriundos da Redução de Emissões de gases de efeito estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD), considerando o papel da conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal (+), conhecido como REDD+. O FA é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) busca habilitar o Brasil a acessar os incentivos internacionais previstos no âmbito da UNFCCC. O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) que estabelece o marco regulatório do mercado de carbono no Brasil, foi instituído pela Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024. Ele estabelece um novo elemento na esfera do financiamento climático e traz relevância crescente ao crédito de carbono florestal no mercado regulado, exigindo maior transparência, integridade e participação social.

Nome do Projeto	Ação para as Florestas ( <i>Action4Forests</i> – A4F)
Por encargo do	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ)
Cofinanciamento por	Department for Energy Security and Net Zero (DESNZ)
País	Brasil
Agência executora	<i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i> (GIZ) GmbH
Parceiro político	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
Parceiros de execução	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Investimento	6.900.000 EUR
Duração	04/2024 até 03/2028

Desta forma, para que esses avanços se traduzam em impacto real nos territórios, é essencial que os recursos cheguem de forma justa e inclusiva a povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e agricultores e agricultoras familiares (PIQPCTAFs). Isso significa garantir o respeito às salvaguardas de REDD+ e alinhar-se às políticas nacionais já estabelecidas, como a PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas), a PNGTAQ (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola) e a PNPCT (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

## Objetivo

O Projeto Ação para as Florestas (*Action4Forests* - A4F) tem como objetivo, fortalecer atores nacionais, subnacionais e locais relevantes para a preservação das florestas e o uso sustentável dos recursos naturais, para acessar e executar recursos do financiamento climático.



À esquerda, Oficina de Formação em REDD+ voltada para servidores/as e procuradores/as especializados/as do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Brasília/DF. À direita, Oficina sobre Elaboração de Propostas de Projetos para Acessar Recursos de Financiamento Climático, Comunidade Quilombola Boa Vista/PA

## Nossa abordagem

O público-alvo do projeto são servidores e servidoras públicos/as, gestores e gestoras de fundos como também os e as representantes de organizações guarda-chuva de PIQPCTAFs, com atenção especial para mulheres, jovens e idosos, nos níveis nacional, subnacional e local. A metodologia do projeto combina o fortalecimento de capacidades e o intercâmbio de conhecimento com maior transparência, escala e inclusão, ampliando o acesso a recursos de financiamento climático e aprimorando sua execução.

Essa estratégia busca gerar impactos concretos, como o fortalecimento de políticas públicas chave para a redução do desmatamento e para iniciativas de REDD+ e carbono florestal na Amazônia Legal. Com base nisso, promove melhorias nas estratégias e medidas que ampliam o acesso e a implementação de recursos financeiros para proteção florestal, tanto pelos Estados quanto pelos PIQPCTAFs. Por fim, reafirma o papel do Fundo Amazônia como mecanismo pioneiro de financiamento climático, garantindo que sua atuação ocorra com mais transparência, qualidade e capilaridade.

## Impactos esperados

O Projeto se estrutura em três resultados principais de atuação complementados pelo desenvolvimento de capacidades, que atravessa todas as suas atividades.

O **Resultado Ação para os Governos (A4Governments)** é realizado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial. As ações são articuladas junto com a Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+), o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL) e o Governors' Climate & Forests Task Force (GCFTF). O foco está em apoiar estratégias e medidas que fortaleçam os atores públicos federais, estaduais e municipais no acesso e na execução de recursos para a proteção florestal, com especial atenção ao Fundo Amazônia. Nesse contexto, o A4F apoia gestores e gestoras do setor público na elaboração de projetos alinhados ao PPCDAm e à ENREDD+. Assessora, também, os estados da Amazônia Legal no fortalecimento de seus sistemas jurisdicionais de REDD+ e de suas estruturas de controle voltadas ao combate do desmatamento.

O **Resultado Ação para as Pessoas (A4People)** é implementado em parceria com o MMA, por meio da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT). Seu objetivo central é ampliar capacidades e conhecimento aplicado por meio de treinamentos e materiais customizados sobre mudanças climáticas, financiamento climático, REDD+, mercado de carbono e gestão de projetos. Nesse processo, entidades representativas como o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e seus respectivos fundos comunitários são fortalecidos para acessar e executar recursos destinados à proteção florestal, ao mesmo tempo em que multiplicam o conhecimento para suas bases.

Por fim, o **Resultado Ação para Fundos (Action4Funds)** tem como foco a cooperação técnica com o BNDES como gestor do Fundo Amazônia, visando ampliar, quantitativamente e qualificativamente, a escala, o impacto, a transparência e a capilaridade. As inovações propostas são orientadas pelos resultados das avaliações temáticas dos projetos apoiados pelo Fundo, promovendo ajustes e melhorias constantes. O A4F também incentiva a troca de experiências com outros gestores de fundos, fortalecendo práticas inovadoras e reafirmando o protagonismo do Fundo Amazônia. A aceleração na implementação dos recursos tende a atrair novos aportes de doadores internacionais, enquanto temas transversais, como gênero e as salvaguardas de REDD+, são incorporados para garantir maior inclusão e efetividade. Dessa forma, os PIQPCTAFs têm assegurado um papel significativo na gestão e execução de seus recursos, seja de forma direta ou indireta.



*Oficina de Consolidação do Diagnóstico Organizacional das Secretarias Estaduais de Povos Indígenas (SEPIs), Brasília/DF*

Editor	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Sede da GIZ: Bonn e Eschborn	Parceiro	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) Esplanada dos Ministérios – Bloco B 70.068-900 Brasília/DF – Brasil <a href="http://www.mma.gov.br">www.mma.gov.br</a>	
	GIZ Agência Brasília SCN Quadra 01 Bloco C Sala 1501 Ed. Brasília Trade Center 70711-902, Brasília-DF T +55 61 2101 2170 <a href="mailto:giz-brasilien@giz.de">giz-brasilien@giz.de</a> <a href="http://www.giz.de/brasil">www.giz.de/brasil</a>		Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ)	
Responsável	Alicia Spengler ( <a href="mailto:alicia.spengler@giz.de">alicia.spengler@giz.de</a> )	Endereço do BMZ	BMZ Bonn Dahlmannstraße 4 53113 Bonn, Alemanha T +49 (0)228 99 535-0 F +49 (0)228 99 535-3500	BMZ Berlim Stresemannstraße 94 10963 Berlin, Alemanha T +49 (0)30 18 535-0 F +49 (0)30 18 535-2501
			<a href="mailto:poststelle@bmz.bund.de">poststelle@bmz.bund.de</a>	<a href="http://www.bmz.de">www.bmz.de</a>

Publicado em Setembro 2025